

Consumidores de Energia apresentam medidas ao Governo Federal para conter alta na conta de luz e evitar apagões

https://dokimasia.com.br/wp-content/uploads/2024/03/BRAS2411237B-frente_nacional_dos_consumidores_de_energia_apresenta_medidas_ao_governo_federal_para_conter_alta_na_conta_de_luz_e_evitar_apagoes-03-2024-1.mp3

Propostas incluem reformulação do setor elétrico, redução da cobrança de subsídios na tarifa e ações para evitar falhas no fornecimento de energia com as fortes chuvas

A Frente Nacional dos Consumidores de Energia apresentou ao Ministério de Minas e Energia um pacote de prioridades que visam reduzir o preço da conta de luz e aprimorar as estruturas para evitar apagões em períodos de chuva. Na Semana do Consumidor, a coalizão formada por 16 entidades defende uma revisão de subsídios que encarecem a tarifa e alerta para uma possível crise do setor elétrico brasileiro antes de 2030, caso não haja uma mudança nas normas vigentes.

O documento entregue ao governo federal destaca dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) que apontam um total de R\$ 37 bilhões em subsídios — destinados ao financiamento de políticas públicas — a serem pagos pelos brasileiros na conta de luz neste ano de 2024. A Frente critica a ideia de que só é possível viabilizar políticas públicas por meio de taxas repassadas ao consumidor.

“Cerca de 40% do custo da energia elétrica no Brasil são tributos, encargos e perdas, três itens que carecem de revisão e que materializam ineficiências e desigualdades. Do pãozinho ao serviço de internet, a energia está no preço de tudo. Portanto, os impactos dessa revisão terão ampla repercussão em toda a economia”, diz o documento.

10 prioridades

1. Iniciar reforma do setor

A Frente defende a implementação de iniciativas ainda em 2024 para reformular o setor

Consumidores de Energia apresentam medidas ao Governo Federal para conter alta na conta de luz e evitar apagões

elétrico, considerando as condições comerciais, operacionais e de consumo atuais, além de reconhecer as urgências climáticas e preservar a sustentabilidade energética. Essa reforma deve ser conduzida pelo Poder Executivo.

2. Reavaliar subsídios

Visa uma ampla revisão dos subsídios já existentes. A ideia é extinguir os que perderam a razão de existir. Os subsídios que permanecerem, devem ser retirados da conta do consumidor e transferidos de maneira gradual e planejada para o Tesouro Nacional.

3. Senado arquivar o PDL 365 e o 2.703

De acordo com a Frente, o PDL 365/22 aumenta a tarifa nas regiões Norte e Nordeste e pode causar um prejuízo de R\$ 800 milhões por ano aos consumidores de energia dessas regiões. Em relação ao PL 2.703, a estimativa é de um impacto adicional superior a R\$ 1,6 bilhão ao ano na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), podendo chegar a R\$ 4 bilhões.

4. Senado aprovar o marco do hidrogênio verde

A Frente avalia que a aprovação da proposta é positiva, mas sem que sejam incluídos novos subsídios e com um sistema de governança em nível federal.

5. Senado aprovar o marco das eólicas offshore

A prioridade é que o projeto de lei que regula a produção de energia eólica em alto mar seja aprovado no Senado também sem subsídios. A Frente dos Consumidores entende que os senadores devem rejeitar as mudanças feitas pela Câmara, que podem gerar um impacto de R\$ 25 bilhões por ano na conta de luz.

6. Cumprir contratos e rever acordos

Acordos mediados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) envolvendo a contratação emergencial de usinas térmicas não estão seguindo as regras previstas no Edital e nos contratos e com isso geram prejuízos aos consumidores e insegurança jurídica

7. Estabelecer estratégia para enfrentamento das mudanças climáticas

Neste ponto, a Frente ressalta que é necessário a Aneel estabelecer estratégias que garantam uma ação efetiva e coordenada por parte das distribuidoras de energia assim

Consumidores de Energia apresentam medidas ao Governo Federal para conter alta na conta de luz e evitar apagões

como ações das prefeituras e demais órgãos estaduais e municipais, de modo que todos assumam suas responsabilidades e atuem para evitar os apagões e demais falhas de fornecimento de energia durante as fortes chuvas e rajadas de vento que têm ocorrido em todo o país. A Frente destaca ainda que tudo isso deve ser feito sem a criação de novos impostos ou subsídios.

8. Concluir negociação do acordo de Itaipu com redução da tarifa

Impasse entre Brasil e Paraguai para definir a tarifa cobrada pela energia produzida pela usina de Itaipu pode provocar aumento na conta de luz. Para evitar esse risco, a Frente defende uma proposta alternativa para que a negociação entre os dois países leve a uma tarifa mais barata e mais justa para os consumidores brasileiros.

9. Evitar novas fontes geradoras de gases de efeito estufa

A Frente propõe que não seja levada adiante a construção de usinas térmicas movidas a gás, prevista na Lei de Privatização da Eletrobras e no PL que trata as eólicas offshore, pois elas aumentam a conta de luz e trazem consequências para a saúde e o meio ambiente.

10. Consumidores devem participar do processo de renovação das concessões de distribuição de energia

A entidade defende a participação dos consumidores de energia em toda a discussão que envolve o processo de renovação das concessões e enfatiza que esse processo deve ser conduzido pelo Poder Executivo e não por meio de leis no Congresso Nacional.

De acordo com o presidente da Frente, Luiz Eduardo Barata, o grupo que representa todos os segmentos de consumo de energia do país tem buscado uma interlocução permanente com os poderes Executivo e Legislativo. O objetivo é reduzir o custo da energia repassado ao consumidor.

“Quando aumentamos exageradamente a conta de luz, afetamos a vida do consumidor brasileiro de duas maneiras: afetamos diretamente no pagamento da sua conta de luz, mas também no aumento de todos os serviços e produtos que necessita consumir”, afirma.

A Frente argumenta que reduzir o valor da tarifa de maneira sustentável contribui para o

Consumidores de Energia apresentam medidas ao Governo Federal para conter alta na conta de luz e evitar apagões

crescimento econômico do país e para o alcance do equilíbrio fiscal do governo. Entre as prioridades propostas, estão a aprovação no Congresso Nacional de pautas consideradas “verdes”, como os marcos regulatórios do hidrogênio verde e da produção de energia eólica em alto mar, desde que não sejam incluídos novos subsídios.

No caso do marco legal da produção de energia eólica em alto mar (as eólicas offshore), o documento ressalta um possível aumento de 11% na tarifa, caso os subsídios inseridos pela Câmara dos Deputados sejam mantidos no Senado. Para acompanhar a atuação dos deputados e senadores em relação a medidas que encarecem a conta de luz, a Frente criou ranking que permite ao consumidor acompanhar a atuação de deputados e senadores em relação a medidas que encarecem a conta de luz.

Luiz Eduardo Barata avalia que as fontes renováveis já estão consolidadas e não precisam mais de subsídios. Ele afirma que essas fontes já são as mais baratas. O presidente da Frente aponta uma contradição entre a qualidade da matriz energética do país e o custo da energia paga pelos brasileiros.

“É uma contradição termos uma das energias mais baratas do mundo pela natureza da nossa matriz elétrica, composta por hidrelétricas, eólicas e solares, e, ao mesmo tempo, uma das contas de luz mais caras do mundo. Isso se deve principalmente pela presença de tributos e de encargos, o que faz com que grande parte da população tenha o comprometimento da sua renda em torno de 20% para o pagamento da conta de energia”, pontua.

Veja mais:

Conta de luz: consumidores devem pagar R\$ 37 bi em subsídios em 2024

Fonte: Brasil 61